



TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS:

REFUNCIONALIZAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL D. PEDRO V – PEDU – FASE 1



A ação arqueológica desenvolvida no âmbito da empreitada de “Refuncionalização do Mercado Municipal D. Pedro V – PEDU – Fase 1” consistiu no acompanhamento arqueológico da empreitada durante as escavações no subsolo e desconstruções. O projeto executado incluiu obras de manutenção, assim como outras ações necessárias, de acordo, com novas dinâmicas de funcionamento do Mercado.

A área em apreço insere-se dentro do perímetro urbano da cidade de Coimbra, na Rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes, pertencendo administrativamente à União das Freguesias de Coimbra e insere-se na Área Central C1 de acordo com a 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), no Centro Histórico, em ARU – Coimbra Alta, na Zona Especial de Proteção do Antigo Claustro da Manga do Mosteiro de Santa Cruz (Decreto n.º 23967 – DG, I Série, n.º 130 de 05.06.1934; Zona de Proteção: DG II, Série, n.º 44 de 21.02.1958), assim como na Zona Especial de Proteção da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, inscrito na Lista do Património Mundial no dia 22 de junho de 2013 (decisão 37COM8B.38 do Comité do Património Mundial), publicitada através do Aviso n.º 14917/2013, D.R. n.º 236, 2ª série, de 5 de dezembro e nos termos do previsto no n.º 7 do artigo 15º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro (LBP) como conjunto de Interesse Nacional (MN) o Conjunto da Universidade de Coimbra - Alta e Sofia, publicitado através do Anúncio n.º 175/2013, DR, 2ª Série, n.º 93 de 15 de maio).



As obras de manutenção do edifício do Mercado tiveram em conta o envelhecimento e desgaste do edifício ao fim de 17 anos de funcionamento, incluindo pinturas interiores e exteriores, limpeza de pedras de revestimento, revisão de coberturas e caixilharias, substituição de pavimentos e peças degradadas pelo uso. Por outro lado, a realidade socioeconómica do Mercado, aquando da sua execução, era muito diferente de hoje, pelo que se considerou a necessidade de ajustamentos face a novas realidades. Nesta conformidade identificou-se como prioritária uma intervenção que representava um ajuste que passou pelo fecho da galeria superior do Mercado do Peixe para que este espaço, na altura do projeto completamente devoluto, pudesse funcionar para outros fins, com qualidade e conforto independentemente do mercado e concretamente do peixe. Identificou-se, ainda, a necessidade de assegurar a acessibilidade a pessoas com dificuldades de locomoção e a carrinhos de compras desde o estacionamento coberto para cumprir a legislação, que passasse pela construção de uma rampa interior.

Por fim, o tratamento de taludes e espaços verdes na envolvente, incluindo limpeza e manutenção de muros de espera e contenção em alvenaria de pedra. Foi demolida uma antiga construção existente num desses espaços, conhecida como “Casa dos Frangos”, e foi efetuado o tratamento paisagístico de toda a envolvente, definindo nesse patamar um Jardim Miradouro, com vistas para a cidade, incluindo plantações, limpeza e tratamento dos muros. O edifício conhecido como “Casa dos Frangos” era uma construção devoluta na zona superior do Mercado com ligação à Rua da Fonte Nova. Tratava-se de uma construção precária, abandonada e sem qualidade formal ou construtiva, onde no antigo Mercado eram vendidos coelhos e aves de capoeira. Durante a precedente obra de remodelação do Mercado estes espaços funcionaram como escritórios da firma construtora, pelo que se mantiveram até ao final da obra, contra o que era expectável face à imagem dissonante que representavam.

Todo o trabalho realizado pela equipa de Arqueologia da Câmara Municipal de Coimbra, sob a responsabilidade científica do Dr. Sérgio Madeira e Dr.^a Joana Garcia, respeitou os termos da legislação em vigor. A ação arqueológica foi precedida da obtenção da licença junto da entidade competente e sucedida pelo envio do presente relatório de final. Os trabalhos arqueológicos a realizar tiveram como principal objetivo avaliar e registar os contextos patrimoniais e propor a sua eventual integração, implementando medidas de proteção e salvaguarda consideradas necessárias.



O Plano de Trabalhos Arqueológicos proposto à Direção Regional de Cultura do Centro inseria-se dentro da categoria C, alínea c), do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 164/2014 de 04 de novembro – Novo Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos, que preconiza *“ações preventivas e de minimização de impactes integradas em estudos, planos, projetos e obras com impacto sobre o território em meio rural, urbano e subaquático e ações de manutenção e conservação regular de sítios, estruturas e outros contextos arqueológicos, conservados a descoberto, valorizados museologicamente ou não”*. Ressalva-se também o cumprimento da Lei 107/2001 de 8 de setembro (Lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural), Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, Taxas e Compensações Urbanísticas do Município de Coimbra - RMUE e do Plano Diretor Municipal - PDM.

Em consonância com o Parecer da DRCC presente no Ofício n.º S-2018/ 688 (CS: 1252116) de 20.03.2018, no seu ponto 5, *“Todos os trabalhos em que haja afetação de solo deverão ter acompanhamento arqueológico. Esta metodologia poderá ser alterada caso a realidade patrimonial eventualmente detetada a isso obrigue. Estas ações serão desenvolvidas a cargo do dono de obra após a devida autorização do plano de trabalhos arqueológicos.”*

“O Mercado Municipal D. Pedro V, na sua atual localização, resulta da convergência num mesmo local de três mercados que na primeira metade do século XIX se realizavam em Coimbra: o Mercado da Praça de São Bartolomeu (hoje Praça do Comércio), o Mercado do Largo de Sansão (hoje Praça 8 de Maio) e o Mercado do (antigo) Largo da Feira, frente à Sé Nova. A procura de um local apropriado para o Mercado começou por sentir-se face à necessidade de deslocar as vendedeiras de cereais do Mercado de Sansão, visto que este foi encerrado devido à extinção do Mosteiro de Santa Cruz, junto ao qual se realizava. Mas tal necessidade foi também reforçada pelo facto de o Mercado de S. Bartolomeu ser um espaço demasiado exíguo para comportar os seus vendedores habituais e os que deixaram de exercer atividade no Mercado de Sansão. Houve, ainda, uma tentativa de transferir as mesmas vendedeiras de cereais do Mercado de Sansão para o então denominado Pátio de Santa Cruz, mas tal revelou-se motivo de controvérsia, o que determinou maior urgência na construção de um mercado novo na cidade de Coimbra. Porém, também em relação à nova localização se desenvolveu grande polémica, em torno de duas opções, a Sota, que veio a ser preterida e a horta de Santa Cruz, que veio a determinar o local onde ainda hoje se ergue o Mercado que, embora tendo sido a localização com orçamento de construção mais baixo, era na altura considerado longe do centro da cidade.



E foi em 5 de janeiro de 1866, que o então Presidente da Câmara, Dr. Manuel dos Santos Pereira Jardim, promoveu a decisão a favor da horta de Santa Cruz, tendo a obra sido concluída em 1868. Sendo inicialmente aberto, só posteriormente foi murado. Ao longo dos anos foram sendo realizadas beneficiações nas instalações, de modo, a corrigir a sua precaridade, de tal modo que só em 1907 é que foi concretizada a criação do Mercado do Peixe, no local onde ainda hoje se encontra.” (retirado do texto da autoria do Dr. Carlos Santarém de Andrade, contida no suplemento do n.º 739 do Jornal de Coimbra, de 15 de novembro de 2001).

O edifício do Mercado foi alvo de uma remodelação extensa entre novembro de 2000 e novembro de 2001, que contou com o respetivo acompanhamento arqueológico, por parte do Município de Coimbra. Na sequência da intervenção arqueológica surgiram 3 estruturas, uma que atingia cerca de 30m, com uma orientação este-oeste, cuja natureza e cronologia se desconhece. Por debaixo destes muros e no sentido transversal foram postos em evidência vestígios, que poderão pertencer, ao Lavadouro da Horta de Santa Cruz, erguido no primeiro quartel do século XVII. Durante a remoção de terras identificou-se uma grande quantidade de material cerâmico, maioritariamente da época medieval e moderna. Na escavação da área da venda de peixe, a sul, apareceu uma conduta antiga, que corria de este para oeste.

A Avenida Sá da Bandeira localiza-se no alinhamento da antiga Ribeira de Santa Cruz ou Ribela, entre a Praça da República (a nascente) e Rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes (a poente), tendo sido delineada no século XIX, na sequência da desamortização dos bens do Clero, no ano de 1839, e da compra por parte da Câmara Municipal de Coimbra da Quinta de Santa Cruz, em 1885, e do vasto projeto urbanístico que abarcou essa área da cidade nos anos seguintes, com a abertura de vários arruamentos, nomeadamente a Avenida Sá da Bandeira, Praça da República (inicialmente designada por Praça de D. Luís), Rua Lourenço de Almeida Azevedo, Rua Tenente Valadim, Rua Oliveira Matos, Rua Castro Matoso, Rua Alexandre Herculano, Rua Venâncio Rodrigues, Rua Almeida Garrett e Rua de Tomar. Com a comemoração do batizado do futuro rei D. Manuel II, a 17 de dezembro de 1889, procedeu-se à inauguração de vários arruamentos, entre os quais a designada Rua n.º 1 ou Rua de Sá da Bandeira, futura Avenida Sá da Bandeira (conforme consta dos Anais do Município de Coimbra de 1870-1889) (LOUREIRO, 1937).

A Ribeira de Santa Cruz, tradicionalmente designada por Ribela, delimita a norte o morro onde se implantou a cidade antiga e recebia as águas pluviais e de outras linhas de água procedentes da zona de Celas. Alguns investigadores denunciam a Ribela, como sendo a linha de água, que abastecia os banhos públicos supostamente existentes no período romano junto ao espaço onde foi, numa fase posterior, edificado o Mosteiro de Santa Cruz (ALMEIDA e GONÇALVES, 2005).



Estes banhos terão supostamente subsistido até à Reconquista, surgindo num documento de delimitação da referida casa religiosa a expressão de *balneis regis*, tendo a Ribela absorvido o nome de torrente *balneis regis*, denominação constante de documentação de 1137 (ALARCÃO, 1979 e MANTAS, 1992) e 1139, com a expressão “*rivulus de Balneis*” (ROSSA, 2001). Antes da reedificação do aqueduto dos Arcos do Jardim, os cónegos regrantes de Santo Agostinho tinham já mostrado interesse no uso daquelas águas. Desta forma, desde os séculos XII/XIII que os frades crúzios investiam na canalização das ribeiras oriundas da zona de Celas, indo progressivamente executando o encanamento da Ribela, desde aquela área até à Rua da Moeda (GONÇALVES, 1944). As notícias do encanamento de águas pelos frades de Santa Cruz, gerou polémica junto da população coimbrã, que alegava a frequente falta do “precioso” líquido (ALMEIDA e GONÇALVES, 2005). Mesmo após verem reduzida a utilização que tinham da água, os crúzios mantiveram grande parte desse monopólio, visível nomeadamente após a construção do Parque de Santa Cruz, entre 1723 e 1752 (implantado dentro da Cerca do Mosteiro de Santa Cruz, servindo como zona de reflexão para os religiosos em determinados dias, “*dies rusticationis*” (Património Edificado com Interesse Cultural – Concelho de Coimbra, 2009: 494), com enorme proliferação de fontes, cascatas e um lago artificial, estruturas abastecidas por uma complexa rede de galerias e canos com posterior ligação à Ribela. E em sequência, tornou-se público o acesso à água do mosteiro. Do intrincado sistema de canalização de águas executado/reaproveitado pelos crúzios, subsistem presentemente ainda várias condutas no subsolo da avenida Sá da Bandeira, conforme reconhecido na “Intervenção de acompanhamento arqueológico do Sistema de galerias subterrâneas de Coimbra” efetuado pela empresa Dryas Arqueologia Lda., em 2005.

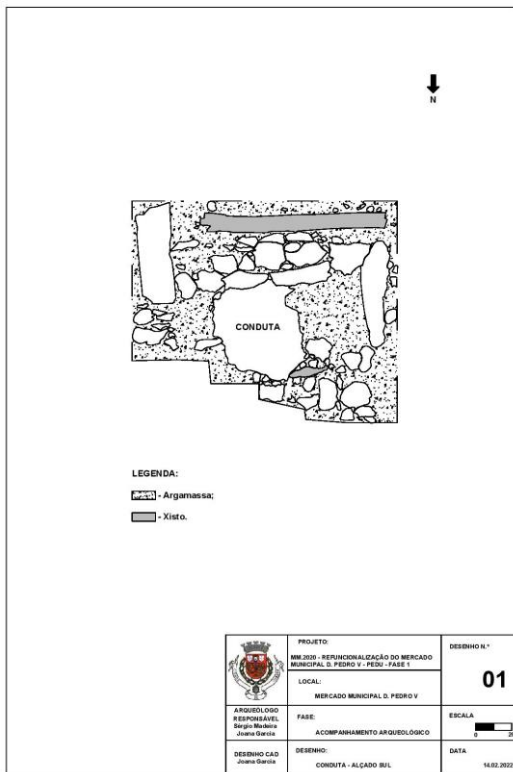
Nas traseiras do edifício do Mercado, a sul, localiza-se a Rua da Fonte Nova, a qual se encontra nas imediações da Judiaria medieval. O seu nome deriva do facto de ter existido naquele local a denominada Fonte Nova ou Fonte dos Judeus, atualmente localizada na Rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes. De facto, a carta de doação dos banhos régios (1137) feita por Afonso Henriques a D. Telo para aí erguer o Mosteiro de Santa Cruz, refere o “arrabalde dos judeus” como um dos limites da futura cerca. No *terminus* nascente do arruamento principal deste arrabalde situava-se, então, a fonte originalmente chamada de Fonte dos Judeus. A importância desta fonte, advém de ser a única até ao séc. XV, situada num caminho público extramuros, e do caminho corresponder a um traçado importante, que partia das traseiras de São Tiago através do bairro judeu, seguindo para Montarroio (GONÇALVES, 1980). A demarcação da paróquia de São João de Santa Cruz, em 1139, identifica a necrópole judaica nas confrontações, pelo que sabemos que o cemitério se localizava neste espaço, mas arqueologicamente a sua localização nunca foi comprovada. Esta demarcação refere igualmente a fonte. A judiaria terá sido transferida, por cerca de 1360-1370, para a área situada entre os arrabaldes de Santa Justa e de São Bartolomeu (ALARCÃO, 2008).



Ao longo do acompanhamento arqueológico salientam-se os seguintes trabalhos:

- Primeiramente foram demolidos os anexos que integravam a designada “Casa dos Frangos”, composta por paredes de tijolo recente com cimento, tendo o telhado uma estrutura de madeira, revestido com chapas metálicas. As edificações encostavam ao muro que separa a Rua Martins de Carvalho do espaço pertencente ao Mercado. As movimentações de terras efetuadas no local foram de pouca relevância, tendo incidido apenas na camada vegetal. Na sequência das desconstruções e do nivelamento do solo para a posterior construção de uma escadaria e um miradouro, identificou-se uma abertura relacionada com escoamento de águas da zona imediatamente subjacente. Trata-se de um coletor constituído por alvenaria de pedra com ligante de argamassa. Não foi possível nesta intervenção visualizar a sua continuidade, sendo que se constata a ausência da sua representação na Planta de Projeto de Esgoto e Saneamento da Cidade de Coimbra de 1890. A “boca” existente no muro ficou visível no âmbito da obra, tendo apenas sido protegido por uma rede no final dos trabalhos.







- Junto à saída do parque de estacionamento superior foi aberta uma vala para infraestruturas de eletricidade e comunicações, a qual atravessou a zona de calçada de seixo, desde as imediações do início do muro até à zona ajardinada em declive, ao longo 8 metros, com uma profundidade máxima de 60 cm e cerca de 40 cm de largura. Neste trabalho não surgiram indícios de natureza arqueológica, uma vez que o subsolo se encontrava bastante revolvido, devido à instalação prévia de outras tubagens.

- Foram plantadas algumas árvores ao longo do espaço externo do Mercado, mais precisamente nos taludes do lado Sul e no largo da entrada da Venda do Peixe. Estas aberturas foram pouco significativas, identificando no primeiro caso terra vegetal e no segundo um subsolo ligado às transformações ocorridas na zona, nomeadamente com a pavimentação atual.

- Foi realizada uma vala para instalação de tubagem elétrica, no exterior do Mercado, na Rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes, a contornar o espaço, com ± 100 m de comprimento por ± 60 cm de largura e profundidade. Inicialmente, a vala foi efetuada por cima do parque de estacionamento subterrâneo existente no local, por isso, com uma estratigrafia completamente estéril do ponto de vista arqueológico, relacionada com a construção daquele elemento. Na frontaria da Venda de Peixe, a vala revelou-se igualmente sem vestígios patrimoniais, sendo visível um subsolo muito revolvido devido à colocação de infraestruturas recentes.





A ação da empreitada foi pouco intrusiva tanto no subsolo como na parte construída, sendo por isso poucos os resultados arqueológicos. Os movimentos de terra não revelaram indícios arqueológicos, no entanto, a reorganização do espaço nos taludes junto da Rua Martins de Carvalho tornou visível uma estrutura de escoamento de águas. Ressalva-se, em todo o caso, a importância de trabalhos deste teor na zona histórica da cidade, os quais acrescentam sempre novos conhecimentos à história de Coimbra.

NOTA: O Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos referente ao presente estudo encontra-se disponível para consulta na Câmara Municipal de Coimbra.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

ALARCÃO, Jorge de (2008). *Coimbra: A Montagem do Cenário Urbano*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

ALARCÃO, Jorge (1979). As Origens de Coimbra. *I Jornadas de Arqueologia e Arte do Centro*. Coimbra. GAAC. 23-40.

ALMEIDA, M. & GONÇALVES, F. (2005). *Sistemas de galerias subterrâneas de Coimbra (Intervenção de Arqueologia Preventiva)*. Dryas [policopiado].

ANDRADE, C. S. (2001). "Suplemento n.º 739". *Jornal de Coimbra* - 15 de novembro de 2001.

GONÇALVES, A. N. (1980). "A Quinta da Ribela – As galerias". *Diário de Coimbra* - 04 de novembro de 1980.

GONÇALVES, A. N. (1944). *Evocação da obra dos canteiros medievais de Coimbra*. Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra.

LOUREIRO, J.P. (1937). *Anais do Município de Coimbra: 1870-1889*. Edição da Biblioteca Municipal. Coimbra.

MANTAS, V.S.G. (1992). Notas sobre a estrutura urbana de Aeminium. *Biblos*. Vol. 68. F.L.U.C. Coimbra: 487-513.

ROSSA, W. (2001). *Diversidade, Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Tese de Doutoramento apresentada ao Departamento de Arquitetura da FCTUC. Coimbra. Edição do Autor.